

LEI MUNICIPAL Nº 276, DE 08 DE MAIO DE 2.019.

Institui o PROGRAMA NOSSO LAR, destinado ao desenvolvimento urbano do loteamento denominado AFIFA JABUR MALUF e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapagipe,
Faço saber que a Câmara Municipal de Itapagipe, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA NOSSO LAR, destinado ao desenvolvimento urbano do loteamento denominado AFIFA JABUR MALUF, situado nesta cidade de Itapagipe.

Parágrafo único. O PROGRAMA NOSSO LAR tem por finalidade auxiliar a construção de residências com o objetivo de possibilitar a edificação de casa própria, mediante a doação, pelo Município de Itapagipe, de materiais de construção.

Art. 2º Para consecução do objetivo do PROGRAMA NOSSO LAR, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar materiais de construção aos proprietários de terrenos situados no Loteamento AFIFA JABUR MALUF, nesta cidade de Itapagipe.

Parágrafo único. A doação dos materiais de construção prevista no “caput” deste artigo será realizada de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 3º São requisitos para o recebimento do benefício previsto nesta Lei:

I – Ser proprietário/possuidor do Terreno doado anteriormente pelo Município, situado no Loteamento denominado AFIFA JABUR MALUF, nesta cidade de Itapagipe.

II – Não ser Proprietário ou Possuidor de outro imóvel a qualquer título;

III – Possuir Renda Familiar não superior a 03 (três) salários mínimos;

IV – Residir no Município de Itapagipe há no mínimo 01 (um) ano;

V – Apresentar o requerimento de concessão do Material de Construção;

VI – Ter parecer da Assistente Social do Município e do Setor de Engenharia com emissão de Laudo técnico.

Parágrafo único. A doação do Material de Construção previsto nesta Lei poderá ser efetivada por etapas, observada a devida aplicação do material e o andamento da edificação.

Art. 4º O requerimento deverá ser protocolizado na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Parágrafo único. É vedado o encaminhamento dos documentos por Correio ou qualquer outro tipo de serviço similar, devendo ser protocolizado pessoalmente na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 5º O requerente deverá disponibilizar de tempo para realização de entrevista sua e de seus familiares com profissional do ramo psicologia/assistente social, bem como autorizar a visita dos referidos profissionais à sua residência, para emissão de laudo.

Art. 6º O fato dos Munícipes preencherem os requisitos com a aprovação dos respectivos requerimentos, não gera direito adquirido ao atendimento integral do requerimento.

Art.7º É de exclusiva responsabilidade do Município através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social a seleção dos beneficiários para fins de atendimento do benefício previsto nesta Lei.

Art. 8º O Donatário beneficiado com os materiais de construção deverá responsabilizar-se pela guarda, conservação e efetiva utilização do material recebido para a construção de sua residência, ficando expressamente vedada a sua comercialização, permuta ou doação a terceiros.

Art. 9º Os casos omissos ou quaisquer situações não previstas nesta Lei serão apreciados, analisados e decididos, se for o caso, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Itapagipe.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei, no que julgar necessário, mediante expedição de Decreto.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão suportadas por dotação do orçamento vigente, autorizado à suplementação, caso necessário.

Art. 12. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapagipe, 08 de maio de 2.019.

Benice Nery Maia
Prefeita Municipal.